Primeiro Centenário

da

Proclamação da República

Pedro Alberto de Oliveira

A evocação de acontecimentos importantes da história brasileira, além de ser um prazer intelectual é, também, uma obrigação cívica. Rememorar a participação do povo e de seus heróis e líderes nos momentos decisivos de sua história constitui-se um ato de revigoramento dos sentimentos de nacionalidade.

Afirma a tradição histórica, que o grande político e orador romano Cícero teria dito ser a História a "mestra da vida". Porém, a maioria das pessoas não entendem o verdadeiro significado desse aforismo. Para elas, a história não passa de uma narração de acontecimentos curiosos e pitorescos, escolhidos aleatoriamente, muitas vezes por um beletrista trasvestido de historiador. Verdade é que dentre muitos conhecimentos objetivos que o homem vem adquirindo através dos tempos, destaca-se o saber histórico. A sobrevivência de um povo ou de uma civilização é calcada em conquistas culturais adquiridas no passado. Enquadra-se nesse fato as realizações nos campos econômico, político e social, que se constituem sua memória histórica ou individualidade cultural.

Desde a Antiguidade, a natureza e o devenir da História atraem a atenção dos intelectuais, como também o interesse das classes dominantes: nobres, militares e sacerdotes. O domínio político e social estava ligado ao conhecimento da escrita, restrito às citadas classes. Assim foi na China, Egito, Índia, Mesopotâmia e em outras civilizações.

Uma consciência histórica, mesmo que de forma elementar, foi fator de união entre o povo, desde a existência das primeiras nações. A formação dessa consciência histórica, apesar de surgir espontaneamente, foi direcionada e usada pelas classes privilegiadas como instrumento de poder. A memória histórica não era accessível às massas marginalizadas. A história era escrita de acordo com o entendimento e conveniência de quem estava dominando, isto é, só era registrado como história aqueles fatos de interesse do historiador; sempre pessoa ligada à classe dominante ou para ela trabalhando. Em outras palavras, somente merecia ser rememorado e incutido entre o povo uma memória coletiva que não questionasse os privilégios existentes. A massa era instrumento passivo dos seus dominadores. Fenômeno ainda existente nos dias atuais em nações subdesenvolvidas.

Assim, a evolução das civilizações fez-se acompanhar de uma historiografia inteiramente ligada à mentalidade dominante em cada época. De acordo com os valores morais, sociais e religiosos de seu tempo o historiador reconstituía e explicava o processo histórico. Dessa forma – no Ocidente – os gregos, romanos, a Idade Média, tiveram uma concepção historiográfica pecualiar.

O nascimento dos Estados europeus modernos e o conseqüente surgimento de sentimentos coletivos ditos nacionalistas; a formação do capitalismo comercial e a ascensão da burguesia como classe social poderosa; a invenção e difusão da Imprensa como instrumento de divulgação de novas idéias e conhecimentos, vieram a dar uma nova ordem política e sócio-econômica na Europa. As populações dos diversos países surgidos dessa nova ordem, mais do que nunca, tinham que manter coesão em seus territórios nacionais. Os conhecimentos históricos foram muito usados nessa época como subsídios da base política para justificar o Absolutismo monárquico então surgido.

Frente a essa conjuntura, coube à nova ciência histórica o papel de elemento aglutinador da memória coletiva, então dispersa, dos países europeus. A nova historiografia que então surgira, não apenas registrava e narrava acontecimentos, fazia muito mais, procurava reconstituir e explicar o passado histórico com mais objetividade. Coincidentemente, ou como uma fatalidade histórica, nessa época as Américas são descobertas e de imediato teve início a exploração colonialista européia sobre os povos americanos, destacando-se dentre eles os brasileiros.

A tradição histórica é imprescindível à existência de uma nação. Nela se concentra a grande força que lhe pode proporcionar a conquista de um futuro melhor. São nas experiências vividas por um povo, no

seu passado, que as gerações vindouras poderão programar seu destino. Sobre esse aspecto, muitos são os exemplos provindos desde a Antiguidade até nossa época. Mais recentemente podemos citar a Alemanha e o Japão de pós-guerra, ressurgidos que foram de uma semidestruição impiedosa, graças a mentalidade de seu povo que soube com trabalho, perseverança, sacrifício, honestidade e civismo se refazer da desgraça.

Outro exemplo destacado é o da Polônia, nação, que, subjugada, ficou fora do mapa europeu durante o século XIX, mas que reapareceu com todo seu vigor cultural depois da Guerra de 1914. Atraiçoada pela Rússia estalinista na 2ª Guerra Mundial, novamente perdeu o controle político de seu destino por mais de quarenta anos, dependente que ficou da sujeição soviética. Somos testemunhas da vitória do povo polonês, recentemente, quando conquistou um governo democrático.

Nos dias atuais, povo sem memória é nação estagnada. O primeiro caminho para ser dominada uma nação – quer por interesses externos quer por interesses internos de ideologias extremadas – é se aviltar ou negar suas recordações patrióticas e cívicas. É lhe matar a alma nacional, apagando de sua memória histórica o conhecimento de suas origens, os feitos, sacrifícios cívicos e heroísmos de seus homens ilustres, substituindo-a por valores político-sociais novos e estranhos a seus costumes e tradições.

As gerações atuais permitindo esse estado de coisas, cometem dupla traição à Pátria. Primeira, porque desgastam todo o trabalho e conquistas históricas das gerações transatas. Segunda traição, por sinal a mais maléfica, porque destruindo o legado do passado prejudicam as gerações futuras. Isso não implica em servos conservadores ou misoneistas. Usos e costumes evoluem e mudam com o tempo por uma necessidade de aperfeiçoamento ou progresso, o mesmo não acontece com a tradição histórica, pois nela é que as gerações coevas recebem forças para vencerem as vicissitudes do futuro. Referimo-nos a essa realidade, quando fizemos alusão à sobrevivência política da Alemanha, Japão e Polônia de pós-guerra, sem nos determos nas dificuldades vencidas pelas nações "aliadas" depois daquele conflito. O futuro de um país muito se liga ao seu nascimento e às circunstâncias de seus antecedentes históricos.

Dentro dessa perspectiva, estamos agora comemorando o centenário da Proclamação da República no Brasil.

Afirmam alguns estudiosos que os ideais republicanos já eram vislumbrados no Brasil desde o final do século XVIII, no auge do domínio português. A Inconfidência Mineira é apontada como um testemu-

nho desse fato, como também a sedição de 1798 ocorrida na Bahia, conhecida como a "Conspiração dos Alfaiates", eminentemente de caráter popular e que teria sido influenciada pela maçonaria.

Em suas verdadeiras dimensões históricas, a Inconfidência Mineira teve como seu principal destaque a figura do "protomártir" da Independência do Brasil, o alferes Joaquim José da Silva Xavier – o Tiradentes. Brasileiro que se projetou como modelo de coragem, idealismo, desprendimento e consciência cívica. A proeminência daquele fato está muito ligada à personalidade do Tiradentes. Não fosse a sua execução em praça pública e o registro escrito daquela conjura nos autos processuais, teria sua memória desaparecido no esquecimento. No tocante ao segundo acontecimento (a "Conspiração dos Alfaiates"), o relevo foi maior porque concretizou-se nas ruas e sua existência serviu de testemunho histórico de uma nova mentalidade popular que começava a se delinear naquela época. Entretanto, insinuar ideais republicanos naqueles eventos é mais um ponto de vista pessoal do que uma realidade histórica.

Isso porque, não obstante os ideais revolucionários franceses estarem em voga naquela época, os princípios republicanos eram do conhecimento de uma minoria muito diminuta de brasileiros – filhos ou no máximo netos de portugueses – que tinham estudado em Coimbra, dentro dos princípios monárquicos e absolutistas. A presença de jovens brasileiros em outras universidades européias era bem menor. Existia, mesmo, era desejo de Independência, libertação do jugo português, sem muita preferência de regime político. A continuidade do regime monárquico por mais de setenta anos após a proclamação da Independência foi uma evidência desse fato.

Além do mais, o desejo de liberdade política é mais um anseio da classe média esclarecida do que da elite detentora de privilégios. O Brasil colonial não possuía classe média definida, nem educação e imprensa livre, que se constituem os principais instrumentos da democracia. Somente em 1808 funcionou normalmente no Brasil uma oficina tipográfica, assim mesmo trazida por D. João quando fugiu da Europa. Naquela época quase metade da população brasileira era constituída de escravos e o resto, em sua maioria, composta de analfabetos.

Os princípios liberais disseminados pela Revolução Francesa na Europa debutaram ativamente no Brasil com Revolução Pernambucana de 1817. De cunho emancipacionista e republicano, talvez tenha sido ela o movimento revolucionário mais autêntico realizado em nossa pátria. Nele ficou bem definido o sentimento nativista em ascensão. Quanto a definição de sua linha republicana se deve à ideologia pre-

ponderante em suas lideranças. A influência maçônica na eclosão daquela revolta foi decisiva. Era então muito comum a existência de associações secretas de caráter liberal.

O posicionamento dos historiadores não são concordes no que se refere à importância daquele movimento. A formação ideológica de quem estuda o fato concorre para isso. Oliveira Viana afirma que foi "a mais espontânea, a menos desorganizada e a mais simpática das nossas numerosas revoluções". (apud TAPAJÓS, p. 245) Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), comprometido com o monarquismo, afirma que "é assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que se nos fosse permitido passar sobre um véu, e deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar..." (apud TAPAJÓS, p. 245). De uma maneira geral, o bom senso da maioria dos historiadores é mais pródigo em elogios àquela revolução.

A Revolução Liberal do Porto de 1820, e o conseqüente processo de constitucionalização dos dois reinos, veio a apressar o desfecho da Independência, que mais cedo ou mais tarde viria a acontecer. A separação do Brasil de Portugal, apesar de ter ocorrido na mesma época dos movimentos de liberação das colônias hispano-americanas, não são da mesma natureza, apesar de parecer o contrário. O processo de integração colonial desenvolvido aqui não foi semelhante ao mesmo decorrido ali; tanto assim, que definida a Independência, o Brasil veio a ser o único país Ibero-Americano a ter como forma de governo a monarquia, e como imperador o príncipe herdeiro do trono português.

Uma nação como o Brasil, possuidora de território de tamanho continental, não teria sobrevivido íntegra sob a forma de governo republicano. A presença de D. Pedro I como dirigente do movimento de separação luso-brasileiro evitou a eclosão de insurreições regionais que fatalmente iriam terminar com a formação de republiquetas dominadas por tiranos locais, como ocorreu nas repúblicas co-irmãs hispano-americanas. A realidade sócio-econômica existente no final do período colonial nas capitanias teria concorrido para aquilo.A Confederação do Equador, acontecida logo depois, em 1824, constitui-se forte evidência dessa dedução. Mais de setenta anos depois, a história brasileira continuava a mesma. As diferenças regionais condicionadas pelo federalismo republicano criaram várias oligarquias estaduais de triste memória.

Apesar das idéias republicanas serem presentes durante o primeiro reinado, não chegaram a se cristalizar como força política capaz de modificar o curso da história brasileira naquela época. O liberalismo político então existente não possuía ainda condições propícias para se

desenvolver num país no qual preponderavam o analfabetismo, a escravidão e dominava uma classe de senhores rurais, da qual provinha a maioria de uma incipiente classe média existente nos centros urbanos.

Quando, premido pela conjuntura sócio-política, D. Pedro I teve que abdicar ao trono em 1831, deixando como herdeiro seu filho Pedro de Alcântara, com apenas cinco anos de idade, surgiu a oportunidade de ser instalado o sistema republicano no Brasil.

Por que isso não aconteceu? Os fatos falam mais do que explicações. Tão logo D. Pedro afastou-se do governo, as facções políticas atuantes no primeiro reinado, representadas na Câmara e no Senado, tomaram as primeiras providências para garantirem a ordem e as instituições. Foi formada então uma Regência Trina Provisória. A intensa disputa política surgida logo após a constituição dessa junta governativa levou à formação de outra de caráter permanente. Não obstante o jogo de interesses existente, os políticos tiveram o bom senso de não questionarem uma mudança de forma de governo. A monarquia foi mantida como recurso fundamental para ser mantida a unidade política do País. Durante o período regencial o Brasil viu-se mergulhado na maior onda de levantes e revoluções que aconteceram em sua história. Não fosse a maturidade política então demonstrada, a integridade territorial brasileira teria desaparecido.

Houve realmente, naquela época, uma experiência republicana. A eleição do Padre Diogo Antônio Feijó para o cargo de Regente uno, com quase 3000 votos, em disputa com o poderoso senhor pernambucano Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (depois Visconde de Albuquerque), foi uma prova inconteste desse fato. Principalmente se levarmos em conta o processo político então desenvolvido, que veio a se definir com a formação dos partidos Liberal e Conservador, os quais durante o Segundo Reinado exerceram o sistema parlamentarista no Brasil.

O período regencial teve também outras dimensões que não apenas as de natureza política. Foi nele que ocorreram os maiores movimentos de cunho popular nos quais as classes desfavorecidas tiveram oportunidade de se manifestarem por livre opção. A "Sabinada", a "Guerra dos Farrapos", a "Balaiada" e outros movimentos armados daquele período, que puseram em perigo a ordem interna e a unidade nacional, certamente concorreram para que as lideranças políticas, elitistas, não enveredassem no caminho republicano, preferindo o regime monárquico. Sabiam elas que as classes que representavam não perderiam, com essa opção, os privilégios que fruíam no País.

imperador. Alguns censores da monarquia criticam D. Pedro II quando do uso do poder Moderador, aparentemente num ato pessoal, encaminhava o revezamento dos partidos no poder.

Numa visão real daquela realidade histórica, que representavam os partidos do Império? Quais interesses defendiam? Fizemos nosso o ponto de vista de Oliveira Viana:

"Os dois velhos partidos do Império... não tinham opinião, como não tinham programas, o seu objetivo era a conquista do poder e conquistado este, conservá-lo a todo transe. Nada mais. Era este o principal programa dos Liberais, como era o dos Conservadores... Em nosso País... os partidos não disputam o poder para realizar ideais; o poder é disputado pelos proventos que concede aos políticos e aos seus clãs. Há proventos morais, que sempre dá o poder da autoridade; mais há também os proventos materiais, que essa posse também dá. Entre nós é, antes de tudo, um meio de vida; vive-se do Estado, como se vive da Lavoura, do comércio e da indústria, e todos acham infinitamente mais doce viver do Estado do que de qualquer outra coisa. Num país assim, a conquista do poder é um fato inquestionavelmente mais sério e mais dramático do que em outro país, em que os indivíduos vão ao poder no intuito altruístico de realizar um grande ideal coletivo. Daí a áspera violência das famosas 'derribadas'. O partido que subia derrubava tudo – quer dizer: sacudia para fora os cargos públicos locais, provinciais e gerais, todos ocupantes adversários; era uma vassourada geral, que deixava o campo inteiramente limpo e aberto ao assalto dos vencedores". (apud BOEHRER, p. 24)

Dentro dessa situação, podemos afirmar que se não fosse a ação de D. Pedro II, usando o poder moderador, haveria apenas um partido governamental, único.

Certa ala da historiografia brasileira afirma que a monarquia somente chegou até 1889 por causa da Guerra do Paraguai. O historiador José Maria Bello diz que a "Monarquia, que viveu muito mais como reflexo das virtudes pessoais do seu soberano do que pelo sentido de forma de Estado, perdeu a substância e, pois, a razão de ser" naquela época. A experiência histórica porém afirma que a debilidade político-social e econômica do Brasil no final da monarquia não se devia a forma de governo vigente e sim, mais, a qualidade pessoal de seus dirigentes. D. Pedro II procurando corrigir essa falta, muitas vezes foi mal compreendido. O historiador norte-americano George C. A. Boehrer, assim se refere àquela realidade: "Contudo, o exercício legítimo e muitas vezes necessário dessa prerrogativa (uso do poder Moderador), atraiu a Dom Pedro II certa impopularidade. Aqueles que consideravam

a política um negócio, cujos interesses financeiros eram, muitas vezes, mais importantes do que a lealdade ao governo, tornavam-se freqüentemente inimigos pessoais do imperador". (BOEHRER, p. 27)

Sobre esse tipo de homem público brasileiro, Oliveira Viana assim os define: "Homens de clã, para quem o inimigo político era quase sempre inimigo doméstico e a luta política uma luta pessoal, eles não se sentiam apenas esbulhados com o ato da coroa, que chamava ao poder os adversários; sentiam-se também humilhados, feridos no seu pudonor pessoal e guardavam do imperador uma sorte de ressentimento íntimo, e às vezes mesmo de rancor. Este explodia, às vezes, em frases de recriminação violenta ou cólera impulsiva". (Apud BOEHRER, p. 27)

Três classes detinham os destinos da nação: o Exército, o Clero e os grandes proprietários rurais. Mais de oitenta por cento de sua população era analfabeta, o trabalho livre era aviltado pelo trabalho escravo e praticamente não existia classe média conscientizada e muitos menos opinião pública. Apenas nos centros urbanos mais desenvolvidos eram encontrados representantes de uma pequena burguesia constituída por bacharéis em Direito, pequenos comerciantes, funcionários públicos, artesãos especializados e uns poucos outros profissionais liberais.

A influência política do Nordeste açucareiro vinha perdendo importância frente ao prestígio e riqueza dos fazendeiros do sudeste cafeicultor. Apegados a seus privilégios tradicionais, a classe dos senhores rurais e seus segmentos urbanos eram culturalmente e economicamente submissos ao imperialismo industrial e cultural europeu em ascensão. As poucas mentalidades esclarecidas e nacionalistas como Irineu Evangelista de Sousa (Visconde de Mauá) não eram compreendidas e muito menos apoiadas pelos políticos egoístas e irresponsáveis, dominantes no Império.

A ascensão da cafeicultura no sudeste, em detrimento da indústria açucareira nordestina, concorreu para que a unidade de interesses dos senhores rurais dessas regiões brasileiras não mais perdurasse, a partir dos meados do século passado. O "senhor de engenho" defendia seus antigos privilégios decadentes, o "fazendeiro de café" disputava com aquele o comando político da nação, a qualquer custo, mesmo que fosse derrubando a monarquia.

Um relativo desenvolvimento econômico, intensificado com o capital estrangeiro, convergindo para a região cafeicultura, trouxe sensíveis transformações, principalmente no desenvolvido de uma classe média mais numerosa e participativa no processo social e político da-

quela fase. A estrutura política existente, elitista e centralizadora, era vista por grande parte do povo, como típica do regime monárquico. Essa realidade tirava um ponto de apoio essencial para a continuidade daquela forma de governo. É inegável que não se tem lealdade, ou se toma a defesa de uma instituição, que não tem utilidade para nós, ou com a qual não temos, também, afinidade.

A teoria do republicanismo não era uniforme. Seus partidários no caminho da implantação dessa forma de governo, defendiam princípios e métodos não muito semelhantes. No caso brasileiro, de uma maneira geral, podemos reconhecer dois grupos atuantes: o **Revolucionário** (Exaltado) e o **Evolucionista** (Moderado). No primeiro atuavam Silva Jardim, Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Lúcio de Mendonça; no segundo, Quintino Bocaiúva, Afonso Celso, Campos Sales, Prudente de Morais, Rangel Pestana e outros. Certo é que houve muitos "idealistas" e muitos "objetivistas" interessados pelo poder. Não era preciso ser muito letrado para se reconhecer que a monarquia estava se enfraquecendo. Grande parte dos signatários do célebre "Manifesto Republicano de 1870" do Clube Republicano do Rio de Janeiro, eram abolicionistas e desvinculados de interesses econômicos. Entretanto, dos 133 convencionais da fundação do Clube Republicano Paulista, em Itu, 78 eram fazendeiros e senhores de escravos. Aliás no Manifesto Republicano não há nenhuma referência ao problema do "elemento servil".

Apesar daquele Manifesto ter sido endereçado à nação, muitos poucos brasileiros podiam participar da vida política. Veja-se que por decreto de 1876, era declarada a existência de 1468 paróquias para fins de eleição, com 24.637 eleitores, número esse que representava apenas 0,25% da população brasileira.

Como não poderia deixar de ser, na realidade brasileira daquela época, a participação dos republicanos na Câmara dos Deputados foi muito pequena, fato esse que se verificou até bem próximo da inopinada proclamação da República. Isso porém não quer dizer que a propaganda republicana informal não fosse feita por inúmeros jornais existentes em todo o País. Os clubes republicanos eram também numerosos, apesar de sua relativa importância. Nas cidades mais importantes eram mais consistentes. Somente no Rio de Janeiro existiam nove em 1887.

O partido republicano entretanto não tinha força política. Em 1881, por exemplo, por ocasião da reforma eleitoral, Quintino Bocaiúva foi escolhido no Rio de Janeiro como candidato republicano para as eleições gerais em três distritos. Nessa ocasião obteve o sexto lugar

com uma votação de 133 votos, em um total de 1894, no primeiro distrito; o nono com 34 votos, entre 1447, no segundo; o sexto, com 39, em 1474 votos, no terceiro distrito. (BOEHRER, p. 56) Em 1882, Bandeira de Gouveia concorreu como candidato do partido em uma eleição municipal obtendo o vigésimo quarto lugar entre 45 candidatos. Já em 1884, Saldanha Marinho e Ubaldino do Amaral foram escolhidos como candidatos nas eleições parciais para deputados. Marinho colocou-se em sexto lugar, com 60 votos, em um total de 1875. Amaral em quinto lugar com 37, entre 1177 votos. Em 1886, o partido concorreu em quatro eleições diversas, sem obter vitória, mesmo apresentando nomes muito conhecidos. (BOEHRER, p. 58) Um ano antes da proclamação da República, concorrendo para a Câmara dos Deputados, Quintino Bocaiúva foi fragorosamente derrotado. Comentando essa situação, Aristides Lobo, com muita franqueza, em jornal de São Paulo, publica o seguinte: "... é triste ver a atitude indiferente, **quase nula** (o grifo é nosso), em que se acha o partido republicano da Corte perante os fatos eloqüentíssimos que se desdobram aos olhos do país. Formado sobre areias quentes do mar, crescido à sombra deliciosa das palmeiras imperiais, lânguido, indolente como uma tartaruga, ele não se move, adormecido entre as altas montanhas que guardam esta cidade portuguesa de sua alteza a Regente". (BOEHRER, p. 62)

Apesar de suas idéias, os republicanos não eram muito importunados em suas atividades. Em 1888, seis novos órgãos de imprensa surgiram: O FRANKLIN, O REBATE, O TIRADENTES, A METRALHA, O MEQUETREFE, A POTYGUARANIA.

É claro que ocasionalmente os partidários da monarquia ofereciam resistência, ou em outras palavras, defendiam-se. Em certa ocasião a "Guarda Negra" interveio em um comício republicano no qual iria falar Silva Jardim. O registro histórico feito dessa maneira demonstrava um ato de abuso de força contra idealistas republicanos. Entretanto, o verdadeiro acontecimento teve antecedentes bem definidos. Silva Jardim, em carta dirigida ao jornal O PAÍS e ao Partido, atacou José do Patrocínio, chamando-o de Judas e Traidor, por haver criado a citada Guarda Negra como recurso de defesa da Princesa Isabel e instrumento de repressão anti-republicana.

Certos acontecimentos testemunham o relativo clima de liberdade política do qual usavam e abusavam, mesmo, os republicanos. Conta-se que em janeiro de 1889, durante uma solenidade na Escola de Medicina do Rio, o médico Domingos José Freire Júnior, ex-membro da Assembléia Constitucional de 1886, depois de dirigir-se aos doutorandos, voltou-se para o imperador ali presente e pediu-lhe que usasse

de sua influência para estabelecer a República no Brasil. Afirma-se que, bem humorado, Dom Pedro respondeu que "discutiria o assunto com ele, Freire, numa ocasião em que este se encontrasse menos exaltado". (BOEHRER, p. 64)

Prova de liberdade política, ou de liberdade excessiva, era a ação dos positivistas republicanos na formação de jovens oficiais do exército, feita por professores militares, dentro da própria Escola Militar.

De uma maneira geral, o surgimento à aceitação das idéias republicanas não ocorreu uniformemente em todo o Brasil. As próprias características político-sociais das províncias explicam isso. Umas poucas delas registraram manifestações republicanas antes de 1870, outras a partir dessa data, e outro tanto já bem perto da proclamação da República. Dessa forma, a implantação do regime republicano somente poderia ocorrer em circunstâncias bem especiais.

A título de esclarecimento, tomando-se como exemplo as províncias nordestinas, bem mais ligadas à nossa realidade, era assim a situação do movimento. Na Bahia o movimento republicano foi esporádico e sem grande importância. As atividades republicanas significativas só vierem a existir em 1888 com a fundação do jornal A REPÚBLICA FEDERAL, órgão do Clube Republicano Federal de Salvador. Em Sergipe o movimento praticamente teve início em 1884. Em Alagoas as atividades foram insignificantes, começando praticamente em 1888. Em Pernambuco, de longas tradições republicanas, e o maior centro intelectual do Nordeste, "foi menos feliz nessa época em desenvolver o movimento republicano. Depois de duas tentativas, em 1871 e 1878, os republicanos pernambucanos conseguiram fundar um Centro Republicano, sob a presidência de José Isidoro Martins Júnior. Na Paraíba, já no fim de 1888, a província ainda não possuía imprensa republicana. No Rio Grande do Norte, apesar das idéias republicanas terem aflorado cedo, somente em 1889 se definiram com continuidade. No Ceará, o Manifesto Republicano ecoou em 1872 com a fundação de um clube republicano na vila de Saboeiro tendo como presidente Cícero Cavalcante Luna. No mesmo ano, no mês de outubro, foi fundado outro clube sob a direção de Antônio Pereira de Brito Paiva. Nesse mesmo ano apareceram dois jornais republicanos: A VOZ DA AMÉRICA, em Aracati, e em 1º de novembro A REVOLUÇÃO, em Fortaleza. Este último tendo como diretores Brito Paiva e João Cordeiro e era órgão do Clube Republicano, desaparecido no fim da década de 1870. Somente viria a reaparecer o movimento em 1887, ocasião em que fo publicado o jornal O CRUZEIRO. Nesse mesmo ano foi organizado em Fortaleza um Congresso Republicano sob a direção de

Alvaro Martins. No Piauí as atividades republicanas não foram mais destacadas do que no Ceará. Em 1889 o Clube de Teresina era o único do gênero na província. Finalmente, no Maranhão, o republicanismo passou a atuar a partir de 1888. Vemos assim, que a Monarquia, ainda no ano da proclamação da República, não era cogitada em ser substituída pela maioria da população brasileira.

Por que veio então a ruir o Império, de forma tão brusca, tendo como antecedente imediato apenas uma crise ministerial?

Uma análise crítica da história brasileira no final do Segundo Reinado, aponta que o regime monárquico tinha como principais esteios de sua manutenção, uma tradição política de mais de setenta anos de existência, o "clero católico", os "militares" e os "senhores rurais". Desse pressuposto, chega-se à conclusão que três fatos concorreram para a queda do Império: a "questão religiosa", a "questão militar" e a "abolição da escravatura".

A indiferença do imperador D. Pedro II quando do conflito entre membros da maçonaria no governo e o clero católico, na década de 70, veio a desgastar a monarquia junto a certos segmentos da opinião pública. O aviltamento de dois altos prelados do clero brasileiro, o Bispo de Olinda e o Bispo do Pará, condenados que foram à prisão, atingiu frontalmente as tradições católicas do povo brasileiro. A "questão religiosa" certamente concorreu para a intensificação da indiferença popular junto ao regime monárquico, mas evidentemente não foi uma causa tão importante quanto as duas outras.

A "questão militar", acentuada na década de 1880, de fato teve início quando da Guerra do Paraguai, com a crise político-partidária advinda do golpe de Caxias sobre o Gabinete Zacarias de Vasconcelos. O crescente prestígio dos militares com o povo e sua participação na vida político-partidária, veio a se chocar com o poder tradicional do Legislativo, dominado pelos senhores rurais. A conscientização do poder que detinham desandou em indisciplina. Naquela conjuntura nacional, quando o regime não possuía mais o apoio popular, "mais valia um grama de força, do que uma carrada de razões". Os interesses e pundonores de classe prevaleceram sobre a ordem convencional enfraquecida. O império perdeu seu maior sustentáculo: a força militar.

Se defendidos em seus interesses, a classe rural talvez tivesse sustentado por mais tempo o Império. Entretanto os responsáveis pela manutenção do regime se omitiram de agir nesse sentido. A extinção da escravatura, sem uma devida indenização aos senhores de escravos, foi um ato de maior benemerência, mas constitui-se um verdadeiro suicídio do regime monárquico. Por conveniência ou vingança, a

classe dos senhores rurais tornou-se indiferente e mesmo inimiga do trono, e de pronto a maioria de seus membros se passaram para as hostes republicanas. O interesse pessoal estava acima de qualquer idealismo político.

A queda do regime era uma questão de tempo ou de oportunidade. As lideranças civis republicanas, devidamente ligadas a correligionários militares, esperavam uma ocasião propícia para decidirem a situação. Apesar de fraco eram imprevisíveis as reações a um possível movimento contra o trono de D. Pedro II. Qualquer tentativa nesse sentido exigiria de seus executores, ou força política, ou força militar. Do primeiro recurso não dispunham os republicanos, somente lhe restava a segunda opção: o golpe militar.

A ocasião propícia para aquele desenlace, surgiu quando ao cair o gabinete chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto), espalhou-se o boato de que tinha sido escohido para substituí-lo o senador Silveira Martins, inimigo pessoal do Marechal Deodoro da Fonseca, líder do exército. Desse simples episódio, desenvolveu-se durante apenas uma noite, acontecimentos que culminaram com um golpe militar que instituiu o regime republicano no Brasil. O exército foi apenas um instrumento de força e prestígio nas mãos das ardilosas lideranças republicanas. Foi um golpe de audácia e sorte.

O exército não apenas instituiu o regime, mas também o consolidou através da participação bem intencionada e patriótica dos marechais Deodoro e Floriano Peixoto. Feito isso, foi o governo entregue a outros "nobres senhores", em sua maioria egressos das tradicionais classes dominantes no Império, agora mais livremente detentores do poder, mas sob a hegemonia dos poderosos políticos paulistas e mineiros.

Como já sabemos, o processo de implantação dessa nova ordem não ocorreu sem lutas. A disputa pelo poder não esfacelou a unidade nacional, mas através de um processo de corrupção crescente, as classes políticas passaram a renegar os verdadeiros ideais republicanos. Rui Barbosa, ideólogo do novo regime, apesar de adotá-lo de última hora, testemunhou alguns anos depois aquela triste realidade. "O antigo nepotismo monárquico", deu lugar àquilo que ele não desejava, o surgimento do "filhotismo republicano, imoral e funesto".

As vicissitudes do regime republicano, durante seus cem anos de existência, estão registrados na historiografia, e guardados nos arquivos. Houve desenvolvimento e progresso nas ciências e tecnologia, dentro do potencial gigantesco do Brasil? Evoluiu o bem-estar social

dos brasileiros? Qual é a participação política do povo brasileiro no planejamento dos destinos da nação?

Apesar de sermos a oitava economia do mundo, temos uma das populações mais pobres e desgraçadas. Não possuímos educação, saúde, nem justiça social. A nação está dominada por políticos corruptos e desonestos. É um triste saldo para uma centena de anos de existência de um regime político.

Qual seria então a lição da História para as gerações futuras de brasileiros?

A quem cabe a culpa dessa triste realidade histórica?